



ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

Jornal do **Dia**

DOMINGO E SEGUNDA, 26 E 27 :: MAIO :: 2013

# Opinião

Editorial

## Precisão cirúrgica

**U**ma medida abrupta, que foi tomada sem medir as consequências". A definição do vice-presidente do Sindicato dos Médicos de Sergipe (Sindimed), José Menezes, é dotada de precisão cirúrgica. A suspensão de quinze leitos pediátricos na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Fernando Franco, administrado pela Prefeitura Municipal de Aracaju, não possui apenas consequências burocráticas, obrigando as demais unidades do poder público a atender à demanda criada de uma hora pra outra. Trata-se de um gesto desprovido de sensibilidade social.

Felizmente, a Promotoria da Saúde do Ministério Público Estadual (MPE) permanece atenta e já entrou com uma Ação Civil Pública (ACP) no Tribunal de Justiça para que a Prefeitura Municipal de Aracaju amplie os leitos pediátricos de retaguarda para suprirem a demanda criada com a suspensão das vagas. Aos promotores encarregados da saúde, também causa preocupação a intenção manifestada pelo executivo municipal de entregar a gestão de suas unidades de saúde a uma prestadora de ser-

viços baiana. A promotora de Justiça Euza Maria Gentil Missano instaurou inquérito civil para avaliar a possibilidade de organizações sociais (OS) atuarem na saúde pública de Aracaju.

Por hora, no entanto, estão sendo estudadas medidas que podem ser tomadas imediatamente, para prestar a de-

vida assistência a quem precisa. A situação de superlotação provocada no Huse por conta da suspensão de leitos pediátricos no Fernando Franco foi discutida em audiência realizada pelo MPE, ocasião em que a

coordenação do Setor de Pediatria do Huse relatou o problema e cobrou uma solução, alertando para a grande procura pelo serviço neste período de inverno e as poucas vagas disponíveis para atendimento.

Espera-se que o atendimento pediátrico não seja tratado como uma questão política a colocar em rota de colisão os interesses partidários de matizes ideológicas diferentes. O bem estar da população não pode se prestar à tal barganha.

**Espera-se que o atendimento pediátrico não seja tratado como uma questão política a colocar em rota de colisão os interesses partidários de matizes ideológicas diferentes. O bem estar da população não pode se prestar à tal barganha**